

NOTA SOBRE A AXIOLOGIA EXISTENCIALISTA

DE J. P. SARTRE

1 — Fundamental na axiologia existencialista sartriana é a absolutização da liberdade, estendida a toda a “subjetividade” ou personalidade humana.

Assim, para ser deveras “sujeito” ou pessoa, o homem deve ter liberdade no sentido usual de “livre-arbítrio” ou livre escolha dos atos voluntários e do juízo ou alvitre prático com que a consciência os motiva ou recomenda. Mas, na opinião de Sartre, a liberdade de arbítrio por sua vez exige duas liberdades mais radicais: 1º) A isenção de uma natureza humana definidamente universal; 2º) A independência de Deus como criador ou autor de tal natureza. Em suma, segundo Sartre, a condição

a priori do livre-arbítrio é o ateísmo "radical", não se limitando a negar a existência do Criador divino, mas, além disso e por consequência, rejeitando a existência de uma natureza humana universalmente qualificável ou definível.

2 — Por que recusa Sartre a natureza humana universalmente qualificável ou definível? — É porque esta à vontade imporá uma "essência" definida ou estrutura já qualificada e especificada, predeterminando-lhe o modo necessário ou pelo menos obrigatório de funcionar e com isso cerceando a absoluta liberdade de opção do sujeito humano.

Nem por isso as necessidades e as obrigações são por Sartre negadas, desde que lhe não pareçam incompatíveis com a absoluta liberdade de opção ou auto-realização do homem. — Assim é que Sartre admite uma "condição humana", ou seja, um complexo de limitações físicas, biológicas, psicológicas e sociais, necessárias à vida humana, mas que lhe não impedem a liberdade de opção ou autodefinição, senão antes a tornam necessária e obrigatória. Assim p. ex. todo homem, por mais que lhe possa variar a situação histórica, tem que viver num mundo físico, social e histórico-cultural, com inclinações biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Mas estas condições e inclinações não impedem, senão que tornam necessária e obrigatória a livre escolha de uma atitude em relação a elas, seja para lhes transpor ou recuar as limitações, seja para as assumir ou renegar. Por conseguinte, a "condição humana" deixa o homem radicalmente capaz de se autodeterminar e projetar para o futuro, mesmo porque a inclinação fundamental condicionando o sujeito humano é precisamente a tendência a realizar-se de modo independente e autônomo, por livre definição ou engajamento.

3 — Mas para ser assim livre de se definir, tanto na raiz do ser como nos atos, é preciso que o homem seja livre ou independente de um Deus criador ou produtor da sua existência. Do contrário, o homem seria — como qualquer criação artística ou produto técnico-industrial — apenas uma "coisa" ou "objeto", cuja existência ou funcionamento é predeterminado pela "essência" ou "natureza", imposta e preestabelecida pelo criador ou produtor, conforme idéias ou projetos deste.

Em tal "objeto", portanto, a essência "precede" ou predetermina a "existência", no sentido corriqueiro de realidade ou funcionamento atual. Nestes termos, o homem já não poderia ser um "sujeito", consciente da sua liberdade ou capacidade de se definir a si mesmo ou determinar a própria essência. Pois, num "sujeito", a "existência", no sentido existen-

cialista de liberdade, precede ou autodetermina a essência. É esta a tese característica do existencialismo sartriano.

De tais princípios resulta que não é a “natureza” objetivamente pre-determinada, mas sim, a liberdade subjetiva e indeterminada do homem — tanto a radical como a atualizada na escolha — que é o fundamento de todos os valores humanos. É esta liberdade, portanto, que soberanamente cria todos os valores e obrigações morais.

Em *L'Existentialisme est un Humanisme* (Paris, Nagel, 1946), procurou Sartre justificar essa moral absolutamente libertária contra certas objeções, cuja discussão passamos a resumir em forma de diálogo.

4 — Primeira objeção: Essa moral absolutamente libertária é puramente subjetiva, valendo só para o sujeito individual e não implicando nenhuma obrigação geral para todos os homens. (p. 63.)

1ª Resposta: a) Sem dúvida, a moral existencialista sartriana é “subjetiva” enquanto baseada na subjetividade humana, ou seja, na consciência que o homem tem da sua própria liberdade. Mas esta subjetividade é uma verdade absoluta e incontestável. (pp. 63-65) — b) Tal subjetividade é a única garantia da dignidade humana, ou seja, da irreducibilidade do homem a mera “coisa” ou “objeto”, sem capacidade moral. (p. 65.) — c) Mas a subjetividade humana não vale apenas para o próprio indivíduo, senão também para todos os outros homens. Logo é inter-subjetiva. (pp. 65-67). — d) A subjetividade, aliás, é objetivamente situada na “condição humana” e, neste sentido, universal, não por predeterminação, mas por livre construção. (pp. 67-72.) — e) Assim se compreende que a sobredita moral reconhece como única obrigação geral, fundada na própria subjetividade humana, que em todos os seus atos, o indivíduo deve querer promover, não só a própria liberdade individual, mas também e juntamente a liberdade de todos os outros homens. (p. 83.)

5 — Segunda objeção: Mas nestes termos, Você é livre de escolher qualquer conduta, de modo que nesta moral sem Deus, tudo é permitido, como já dizia Dostoievski. (pp. 72-73; cfr. p. 36.)

2ª Resposta: Tudo é permitido, sim, contanto não seja contrário à liberdade. Logo, nem tudo é permitido. Posso escolher qualquer conduta conciliável com a obrigação geral de tomar como fim a minha própria liberdade e a de todos os outros homens. Mas não posso tomar a liberdade como meio de servir os meus caprichos gratuitos ou os meus instintos animais, porque isto seria tomar como fim a escravidão dos desejos ou das paixões, em vez da promoção da liberdade humana. (pp. 73-79.)

6 — Terceira objeção: Assim mesmo, Você não poderá julgar a conduta objetiva de ninguém, já que deve querer e respeitar a liberdade subjetiva dos outros. (p. 79.)

3ª Resposta: Vamos distinguir o ponto de vista lógico e o moral.

1º) **Do ponto de vista lógico da coerência e da verdade,** posso julgar que erram, e portanto, são de má fé enquanto a si mesmos ludibriam:

a) os que defendem a gratuidade puramente subjetiva da conduta, sem estímulo objetivo nas situações (André Gide), ou ainda a força irresistível das paixões, ou qualquer determinismo materialista. (p. ex.: o marxismo.)

b) os que pretendem escolher livremente valores naturais que se lhes impõem a vontade como obrigatórios (p. ex.: os cristãos e os ateus partidários de uma moral "leiga" com obrigações naturais). Pois, isto é contraditório: a livre escolha voluntária só pode ser, enquanto absolutamente independente de obrigações preestabelecidas e impostas à liberdade. A única obrigação moral válida, oriunda da própria vontade livre, é a de promover, em todas as situações concretas, a liberdade própria e dos outros, tomando-a como fim supremo e fundamento de todos os valores. (pp. 80-82). Mas todos esses juízos são apenas lógicas e não propriamente axiológicos ou juízos de valor moral.

2º) **Do ponto de vista axiológico-moral,** posso julgar e condenar:

a) os que de má fé se ocultam a própria liberdade (os "covardes");

b) os que não reconhecem a liberdade dos outros, matando ou sufocando-a. (São os "sórdidos", *les salauds*, isto é, os "burgueses", escravizadores do proletariado, bem como todos os "mandarins" do poder (pp. 82-86).

— Entretanto, não posso moralmente condenar nenhuma escolha autenticamente feita em nome da liberdade, qualquer que seja o seu objeto concreto ou particular, p. ex.: casar ou ficar solteiro; querer filhos no matrimônio ou evitar filhos, por aborto ou anticoncepcionais; ficar perto da mãe como único arrimo ou deixar a mãe para guerrear os invasores da pátria e vingar a morte do irmão, morto em combate; sacrificar a paixão sexual à solidariedade humana ou preferir a paixão sexual à sociedade conjugal; etc. etc. (pp. 86-89; cfr. p. 79.)

7 — Quarta objeção: Mas, se Você não pode julgar ou condenar moralmente nenhuma escolha, no seu objeto concreto e particular, desde que ela é

feita por causa da liberdade do(s) sujeito(s) humano(s), então os valores morais se reduzem a criações subjetivas da livre vontade. (p. 89).

4ª Resposta: É preciso tomar as coisas como são (p. 89: *il faut prendre les choses comme elles sont*), e reconhecer que, na falta de um Deus criador, os valores morais são afinal criações subjetivas da vontade livre do homem. Mas isto implica a possibilidade de criar uma comunidade humana (p. 90); pois, só enquanto não impostos a priori, mas livremente escolhidos, os valores morais podem ser autenticamente humanos, ou se quiserem: “humanísticos”.

Mas é preciso não tomar “humanismo” no sentido fechado de culto à natureza humana, podendo pelo progresso alcançar a perfeição, como preconiza o positivismo de A. Comte; e sim, entender “humanismo” no sentido aberto de respeito à liberdade humana, como criação constante do homem, sem nunca poder pelo progresso levá-lo à perfeição acabada. (cfr. p. 79: *nous ne croyons pas au progrès...*)

Só neste segundo sentido pode o existencialismo ser um “humanismo”. Aliás, a moral existencialista acima esboçada é a única cabível ao humanismo ateu radical ou plenamente conseqüente; pois, para o homem emancipado de Deus, bem como da natureza por Ele criada ou pré-fabricada, a única moral cabível é a da “existência”, tomada no sentido existencialista da liberdade como fim supremo ou absoluto. E afinal de contas, quer Deus exista ou não, a moral existencialista é a única conforme à realidade do sujeito humano. (cfr. pp. 89-95.)

8 — Observações críticas.

Nesta breve nota não podemos analisar os sofismas e postulados mitológicos ou antropomórficos da concepção de Deus sartriana. Limitar-nos-emos a registrar as coisas tais como são na experiência comum.

1º) Sem dúvida, o homem é um sujeito consciente e de livre arbítrio; mas o domínio atual da livre escolha é obviamente limitado pelos atos inconscientes e inadvertidos; e mesmo pelos atos conscientes, quando reações reflexas ou impulsos instintivos.

2º) Mesmo no seu próprio domínio, a livre escolha só pode entrar em ação graças ao determinismo de uma necessidade psicológica ou de uma obrigação moral. Assim, só por haver em nós a vontade psicologicamente inelutável de viver é que podemos, livremente escolher um modo concreto de vida, mesmo se este consiste em deixar-nos ao léu, sem escolha decisiva, ou até quando a opção é pelo suicídio, ou seja, o modo de viver pondo fim a esta vida pela frustração do desejo de viver melhor. Sartre

reconhece esse determinismo psicológico como base do livre arbítrio ao declarar que o homem é "condenado a ser livre" (p. 37), que o engajamento é a única coisa permitindo ao homem viver (pp. 62-63), e que é impossível deixar de escolher, pois, a própria abstenção é uma forma de escolha. (p. 73.)

No que tange à obrigação moral, notemos que ela não se reduz ao respeito da liberdade própria e alheia, mas abrange todos os valores racionalmente justificáveis, quer em geral, quer numa situação particular. Entre tais obrigações gerais citamos o respeito à verdade, que não é apenas um valor lógico ou intelectual, senão também um valor ético-moral, impondo-nos o dever de procurar sinceramente o verdadeiro, não o ocultando de má fé a nós mesmos, nem aos outros. Mas novamente é claro que a obrigação moral de respeitar a verdade não nos impede mas necessita a escolher livremente a favor ou contra o dever. Do contrário, tudo seria permitido, sendo impossível distinguir o bem do mal moral, bem como condenar este último; o que também Sartre não admite.

Ora bem, às necessidades psicológicas e às obrigações morais dá-se tradicionalmente o nome de **natureza humana**. Donde se vê que se a "natureza" nos predetermina, é no sentido de necessitar a livre escolha, e não de impedir ou cerceá-la. O mesmo é reconhecido por Sartre em relação à **condição humana**, a qual não passa de certo substitutivo da **natureza humana** cujo sentido tradicional fora deturpado pelas concepções mecanicistas e deterministas da essência do homem.

3º) A obrigação de promover e respeitar a liberdade individual, própria e alheia, não é absoluta, como entende Sartre, mas condicionada pela obrigação de promover e respeitar o bem comum ou social racionalmente exigível; como já se vê no dever de veracidade. Por isso, a moral de Sartre não passa de variante do individualismo libertário, o qual por certo não se limita à vontade de um indivíduo, mas confunde o bem comum com a soma de todas as preferências individuais. Daí ser logicamente impossível ao individualismo criar uma comunidade humana; pois a soma total dos bens privativos não pode dar o bem comum. De fato, o individualismo sucessivamente nos deu: a exploração dos economicamente fracos pelo capitalismo e o colonialismo burguês; o anarquismo russo; as ditaduras do capitalismo e colonialismo estatal comunista e por fim as violências crônicas da esquerda cultural, contestatória de toda ordem social estabelecida, capaz de subverter ou destruir, mas incapaz de criar e fazer progredir qualquer "comunidade" humana. É deste anarquismo cultural, esquerdista e contestatório, que a moral de Sartre foi juntamente um eco e estímulo. (cfr. **Thomas Molnar, La gauche vue d'en face**, Paris, Seuil, 1970, mormente pp. 87 e 112.)